

PROCESSO - A. I. Nº 281105.1235/13-4
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - TRANSPORTES DALCÓQUIO LTDA.
RECURSO - RECURSO DE OFÍCIO - Acórdão 2º JJF nº 0154-02/14
ORIGEM - INFAZ ATACADO
INTERNET - 01.12.2014

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO C/JF Nº 0352-12/14

EMENTA: ICMS. IMPOSTO LANÇADO E RECOLHIDO A MENOS. Comprovado que parte do valor exigido já havia sido pago antes da ação fiscal. Infração subsistente em parte. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Cuidam os presentes autos de Recurso de Ofício interposto pela 2ª Junta de Julgamento Fiscal (2ª JJF), que por intermédio do Acórdão nº 0154-02/14 julgou Procedente em Parte o Auto de Infração em referência, o qual fora lavrado para exigir ICMS no valor de R\$151.253,16, acrescido da multa de 60%, inerente aos exercícios de 2009 e 2010, conforme documentos às fls. 21 a 520 dos autos, em decorrência de três infrações, sendo, objeto deste Recurso apenas a infração 1, assim posta:

Infração 01. Recolheu a menor ICMS, no valor de R\$ 115.351,32, em razão de desencontro entre os valores do imposto recolhido e o escriturado no Registro de Apuração do ICMS, visto que os valores pagos a título de “antecipação” foram considerados no conta corrente como imposto recolhido.

A 2ª JJF decidiu a lide, quanto a esta infração, com fundamento no seguinte voto:

O lançamento de ofício, ora em análise, imputa ao sujeito passivo o cometimento de três infrações, com o débito exigido no montante principal de R\$ 151.253,16, sendo que a lide se restringe apenas à parte da primeira infração, visto que as demais importâncias foram reconhecidas e pagas pelo sujeito passivo, conforme documentos apensados às fls. 539 e 540, confirmados às fls. 556 a 558, no montante de R\$ 148.298,34, decorrente do valor principal de R\$ 96.346,80, sendo: parcialmente na quantia de R\$ 60.444,96, relativo ao valor de R\$ 115.351,32 exigido na infração 1; integralmente de R\$ 32.505,75 e de R\$ 3.396,09, exigidos nas infrações 2 e 3 do lançamento de ofício.

Assim, considero extintos os créditos tributários correspondentes às infrações objeto de recolhimento integral pelo autuado, declarando procedentes as infrações 2 e 3 do Auto de Infração.

Quanto à parte impugnada da primeira infração, no valor de R\$ 54.906,36, decorrente da diferença entre o valor exigido de R\$ 115.351,32 e reconhecido de R\$ 60.444,96, restou comprovado que o sujeito passivo já havia recolhido, em 14/05/2009 e 22/07/2009, respectivamente, o valor principal de R\$ 48.014,05 e R\$ 6.892,31, portanto antes do início da ação fiscal ocorrida em 04/10/2013 (fl. 8), conforme comprovante às fls. 548 e 549 dos autos, cujo recolhimento ocorreu sob o código de receita nº 0775 (ICMS Regime Normal – Transportes), sendo considerado indevidamente sob o código de receita 1755 (ICMS Auto de Infração/Denúncia Espontânea) pelo sistema INC da SEFAZ, fato este reconhecido pelo próprio autuante, quando da sua informação fiscal.

Assim, procede a alegação defensiva e, em consequência, subsiste em parte a infração 1, no valor de R\$60.444,96, após exclusão integral dos valores exigidos nos meses de janeiro a março e redução para R\$ 4.950,53 na data de ocorrência de 30/04/2009, inerentes à primeira infração, o que perfaz a sucumbência de R\$ 54.906,36.

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração no valor de R\$96.346,80, devendo ser homologados os valores já recolhidos.

Diante da Decisão acima, a 2ª JJF recorreu, de ofício, para uma das Câmaras de Julgamento deste Conselho de Fazenda Estadual, nos termos do art. 169 inciso I, alínea “a”, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 13.537/11, com efeitos a partir de 20/12/11.

VOTO

Analisando os argumentos e documentos presentes aos autos, vejo, sem qualquer dificuldade, que a Decisão recorrida deve ser mantida em sua integralidade.

A infração 1, objeto do Recurso sob exame, acusa que houve recolhimento a menos em decorrência do desencontro entre os valores escriturados nos livros fiscais e aqueles que foram recolhidos. Para chegar a esta conclusão o autuante elaborou os demonstrativos de fls. 21 e 22, onde discrimina os meses nos quais apurou o dito recolhimento a menos.

O recorrido questionou apenas os lançamentos referentes aos meses de janeiro/09 no valor de R\$39.898,05 e abril/09 no valor de R\$13.151,08 alegando que o imposto apurado através do regime normal nestes meses foi pago utilizando o código 0775 enquanto que o sistema da SEFAZ considerou como sendo referente ao código 1775, fato este motivador da autuação.

Por outro lado, o autuante, quando prestou sua informação fiscal, fls. 567 e 568 dos autos, consignou que, *da análise da documentação apresentada pelo autuado, se conclui que realmente houve a troca de códigos, na hora do pagamento, gerando a confusão na apuração dos saldos e consequentemente na autuação. Contudo, visando corrigir o cálculo realizado, concedendo ao contribuinte o reconhecimento ao seu direito pleiteado, opina que seja deferido o pedido e julgado procedente a defesa impetrado, com a redução do montante exigido, no valor principal de R\$ 54.906,26, e que seja reconhecida a procedência parcial do Auto de Infração.*

Diante dos fatos acima, aliados às provas que foram carreadas aos autos, entendo que a Junta de Julgamento se houve bem em afastar a exigência nos valores e meses acima citados, e voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício para manter inalterada a Decisão recorrida.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício interposto e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **281105.1235/13-4**, lavrado contra **TRANSPORTES DALCÓQUIO LTDA.**, no valor de **R\$96.346,80**, acrescido da multa de 60% prevista no art. 42, II, alíneas “a”, “b” e “f”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologado os valores recolhidos com os benefícios da Lei nº 12.903/2013 e intimar o recorrido à recolher apenas o saldo remanescente, se houver.

Sala das Sessões do CONSEF, 17 de novembro de 2014.

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA - PRESIDENTE/RELATOR

ALINE SOLANO SOUZA CASALI BAHIA - REPR. DA PGE/PROFIS